

O significado da Oktoberfest de Igrejinha através do olhar dos voluntários da festa

Kelly Raquel Schmidt

Resumo

Este trabalho resulta de uma análise das opiniões de voluntários, pessoas da comunidade, que trabalharam e participaram da 19ª Oktoberfest de Igrejinha – RS e tem o intuito de expor o que significa a festa para eles com a pergunta: Qual significado a Oktoberfest tem para você? A apreciação das respostas visa um entendimento relacionando à tradição, à imagem da festa e sua importância cultural. Partindo de um contato participativo da pesquisadora com o grupo, percebeu-se a interação e a importância da maioria dos pesquisados em demonstrar nas respostas o quanto a identidade germânica está inserida nas memórias individuais e coletivas e como, através dela, acontece o processo de conscientização patrimonial, inserido num contexto de pertencimento.

Palavras-Chave: Tradição, turismo, oktoberfest.

Introdução

Este trabalho resulta da análise de um dos questionamentos feito aos voluntários da 19ª Oktoberfest de Igrejinha – RS para considerar a cultura e a imagem que fazem desta festa tipicamente alemã, que tem como objetivo a rememoração das tradições. O questionário completo foi considerado ao compor a monografia “ESTUDO DE CASO: Turismo e Trabalho Voluntário na 19ª Oktoberfest de Igrejinha – RS” para a obtenção do título em Bacharel em Turismo no ano de 2007. A tradição é tida como fator determinante para a continuidade da cultura, trazida pelos antepassados e repassada através das gerações, sendo por meio dos saberes, modos de fazer, nas celebrações, nas formas de expressão, incluindo nestes casos, a música, a gastronomia, a dança e o artesanato. As respostas dessas “memórias individuais e compartilhadas” contribuíram para analisar as configurações resultantes das relações de indivíduos inseridos num contexto social e turístico, entre elas, a tradição, o turismo e a cultura.

Ao considerar a tradição, percebe-se a manutenção de costumes que não foram abandonados ou esquecidos, podendo ser encontrados no presente, mesmo que modificados e adaptados durante o processo de desenvolvimento e globalização. São as idéias e condutas dos indivíduos enquanto representações sociais.

Desta forma, a tradição manifesta a memória fragmentada, podendo ser vista na elaboração coletiva a partir de uma herança cultural e histórica, nas suas ações presentes, ajudando a construir o futuro, apoiando-se no material do passado.

A cidade de Igrejinha – RS tem a sua rotina alterada durante o mês de outubro porque a cidade está sendo decorada com flores e placas de empresas patrocinadoras nos postes, nos canteiros das principais ruas, nos jardins das residências. A música típica alemã começa a tocar cedo nos alto-falantes instalados em toda avenida central, anunciando um novo dia de festança. Há mudança de trajeto por causa de ruas fechadas para melhor circulação de visitantes, o comércio movimentava suas mercadorias. O carro de chopp e cuca percorrem as ruas da cidade várias vezes ao dia distribuindo bebida e comida. Os desfiles temáticos nos dois domingos de festa também atraem a comunidade. Essa “imagem de alegria” contagia a população local de maneira com que cada um contribua para a “venda” da festa.

Segundo Gastal (2001) é preciso que a cultura deixe de ser apresentada, exclusivamente, do ponto de vista do lugar, do sedentário, como algo acabado, como produto a ser assimilado / consumido. De acordo com a autora,

[...] Cultura é um insumo turístico importante, mas é aquela cultura viva, praticada pela comunidade em seu cotidiano. Não é um espetáculo, que inicia quando o ônibus dos visitantes chega, mas uma atividade que a comunidade exerce rotineiramente. Quando os visitantes chegarem, eles serão bem vindos e convidados a juntos dançar, cantar, saborear o pão, aplaudir o artista. (GASTAL, 2001 p.129).



Fig. 01 – Carro de chopp nas ruas



Fig. 02 – Desfile

Assim, a Oktoberfest de Igrejinha vem construindo sua história e mantendo crescente seu número de visitantes, atraindo a população local e regional, inclusive turistas de lugares mais longínquos, o que acaba gerando divisas para o município e região.

Neste momento podemos citar Moreira (2004, p.75), que expõe que [...] “os modelos urbanos do passado não são capazes de abrigar todas as complexas relações contemporâneas. Persiste, sem nunca ter deixado de existir, o desejo de preservar, de guardar, de proteger, mas ganha um aspecto mercadológico, financeiro [...]”, visto neste enfoque a utilização da tradição

germânica e dos bailes de *Kerb*, que foram reinventados no município e deram origem à festa de outubro, como atrativos turísticos.

Relacionando a Oktoberfest de Igrejinha como atrativo turístico, cabe ressaltarmos a definição do Ministério do Turismo¹ sobre Turismo Cultural, que se conceitua como “atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”. Entre as características deste tipo de turismo enfatizamos o

Patrimônio histórico e cultural e eventos culturais

Considera-se patrimônio histórico e cultural os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. São bens culturais de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passível de tornarem-se atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais; manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações. Os eventos culturais englobam as manifestações temporárias, enquadradas ou não na definição de patrimônio, incluindo-se nesta categoria os eventos gastronômicos, religiosos, musicais, de dança, de teatro, de cinema, exposições de arte, de artesanato e outros.

Valorização e promoção dos bens materiais e imateriais da cultura

A utilização turística dos bens culturais pressupõe sua valorização, promoção e a manutenção de sua dinâmica e permanência no tempo como símbolos de memória e de identidade. Valorizar e promover significa difundir o conhecimento sobre esses bens e facilitar seu acesso e usufruto a moradores e turistas. Significa também reconhecer a importância da cultura na relação turista e comunidade local, aportando os meios para que tal relação ocorra de forma harmônica e em benefício de ambos. (Brasil, 2006 p.13)

Visto que, dentro de um parâmetro cultural, a Oktoberfest de Igrejinha se projeta no imaginário social explicitando a etnicidade germânica e age como mediadora, respondendo aos interesses culturais, sociais, políticos e econômicos da comunidade através do seu caráter beneficente.

Igrejinha - RS²

Em 1824 o navio “Anna Luise” chega a Porto Alegre, vindo do porto de Hamburgo, trazendo os primeiros trinta e nove imigrantes alemães, que, seguindo viagem, desembarcam em São Leopoldo em 25 de julho. Foram estes alemães que deram início à colonização do Vale do Rio

¹ Documento Turismo Cultural – Orientações Básicas, organizado pelo Ministério do Turismo e OngTour – Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento do Turismo, 2006.

² <http://www.igrejinha.rs.gov.br/> acessado em 11/11/2007.

dos Sinos, iniciando a grande colônia alemã no Rio Grande do Sul, contribuindo para o seu desenvolvimento social, cultural e econômico.

No ano de 1847, Tristão Monteiro (que fundara em 1846, Taquara do Mundo Novo, município sede do Vale do Paranhana, tendo Igrejinha como distrito), chegou a esta altura do vale para proceder à demarcação dos lotes de terra que venderia, a seguir, aos colonos e imigrantes vindos, em sua maioria, da região do Hunsrück (ao sul da Alemanha, divisa com França e Suíça).

O município de Igrejinha está entre as colônias alemãs fundadas no sul do país, conservando características européias, tanto pela arquitetura quanto pela geografia, instalada ao longo do Rio Paranhana, cercada de morros cobertos de vegetação nativa.

A Oktoberfest de Igrejinha

A primeira edição da festa ocorreu em 1988 como uma homenagem às tradições germânicas trazidas através da colonização. Hoje, é considerada um dos maiores eventos culturais do Estado, com repercussão nacional e internacional e recebe cerca de duzentos mil visitantes durante sua programação. Desde 1994, a festa é organizada pela AMIFEST – Associação de Amigos da Oktoberfest de Igrejinha, e envolve aproximadamente três mil voluntários, pessoas da comunidade, que ajudam na organização de todas as atividades ligadas ao evento, desde a organização, decoração, até o atendimento ao público nos diversos setores. Durante mais de uma semana os igrejinenses mostram para todo o país as suas riquezas culturais, representando e revivendo os costumes dos antepassados. Segundo FLECK (2004, p.322)

A cidade de Igrejinha cresceu e desenvolveu-se graças ao trabalho dos imigrantes alemães que chegaram para colonizar a região por volta de 1847. A parte cultural sempre ocupou lugar de destaque em Igrejinha, através de suas escolas, instituições sociais e, principalmente da música. Entre os valores étnico-culturais que trouxeram com eles, destaca-se a forte religiosidade, a união de esforços, o trabalho incansável, características do povo germânico. **(FLECK, vol II, p. 322)**

Aparentemente, os igrejinenses, neste caso visto como um grupo social, com características germânicas, vivencia a tradição através de suas experiências a partir de uma sociedade organizada. Sua identidade foi se adaptando através das mudanças entre passado e presente e foi sendo remodelada dentro do conceito de etnicidade. Segundo ARÉVALO (2004, p.926)

La tradición es una construcción social que cambia temporalmente, de una generación a otra; y espacialmente, de un lugar a otro. Es decir, la tradición varía dentro de cada cultura, en el tiempo y según los grupos sociales; y entre las diferentes culturas. [...] La tradición no se hereda genéticamente; se transmite socialmente y deriva de un proceso de selección cultural. La parte de la cultura seleccionada en el tiempo con una función de uso en el presente sería la tradición. El pasado, decantado, es continuamente reincorporado al presente. Desde tal punto de vista la tradición implica una cierta selección de la realidad social.

Para Jurandir Freire Costa (2004, p.12),

“a função do que chamamos tradição é a de preencher a lacuna entre as duas experiências (...) A tradição, ao iluminar o futuro com as luzes do passado, permite que as novas gerações ingressem no mundo com a confiança dos que pisam em terreno conhecido. Nela e, por ela, o mundo estranho ao qual chegamos se torna, rapidamente, um mundo familiar”.

Fazendo da festa um ato de responsabilidade social, além de cultivar a tradição, um dos maiores objetivos da Oktoberfest é reverter os resultados ao Hospital Bom Pastor, a APAE de Igrejinha, CONSEPRO e demais entidades assistenciais do município e até mesmo da região do Vale do Paranhana e das Hortênsias, sendo um dos motivos para o trabalho dos voluntários a cada ano e o que levou o interesse da pesquisadora em aplicar o questionário durante a 19ª Oktoberfest de Igrejinha com estas pessoas, visto que, a participação da comunidade é de grande importância para o desenvolvimento da festa e da cidade.



Fig. 03 – Desfile



Fig. 04 – Desfile

Tendo em vista tantas referências fazendo alusão à festa, a pesquisadora questionou 160 voluntários no ano de 2006, durante a 19ª edição da Oktoberfest de Igrejinha e contou com o apoio logístico da Fundação Cultural de Igrejinha. O único critério estabelecido pela pesquisadora foi que os pesquisados teriam que, necessariamente, ser voluntários da 19ª edição da festa. A pesquisadora expôs o objetivo do trabalho e os voluntários se propuseram a responder as perguntas, num tempo estipulado previamente. Esta pergunta foi “aberta” para

obter o máximo de informação. Não foi usado nenhum critério pré-estabelecido para direcionar as respostas.



Fig. 05 – Voluntários (chopeiras)



Fig. 06 – Voluntários (alimentação)

A pesquisa é utilizada para gerar e adquirir novos conhecimentos sobre si mesmo ou sobre o mundo em que se vive e obter e/ou sistematizar a realidade empírica, responder a questionamentos (explicar e/ou descrever), resolver problemas, atender a necessidades de mercado.

Para Kourganoff (1990), a pesquisa é o conjunto de investigações, operações e trabalhos intelectuais ou práticos que tenham como objetivo a descoberta de novos conhecimentos, a invenção de novas técnicas e a exploração ou a criação de novas realidades.

Para a análise de questões abertas, transcreveu-se a questão e suas respectivas respostas, para que pudessem ser entendidas de forma nítida e interpretada a partir da fundamentação teórica.

Para explicarmos o método utilizado para a análise dos dados a seguir, convém citar:

A palavra *categoria*, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à idéia de *classe* ou *série*. As categorias são empregadas para estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa. (MINAYO, 2002, p.70)

Seguindo este método de análise foi possível interpretar os dados de maneira que pudessem ser explorados de forma dinâmica e abrangente. Para melhor visualização, após cada questão foram apresentadas as categorias e seus respectivos percentuais, seguidos das transcrições que mais ocorreram nas respostas.

Seguindo esta ordem, a questão que está sendo analisada segue abaixo, bem como as respectivas categorias criadas através da repetição de palavras e uma breve complementação contida nas próprias respostas.

- Qual significado a Oktoberfest tem para você?

Festa, alegria e diversão: 35,63%

Podemos observar que a Oktoberfest, para 35,63% dos voluntários tem conotação de diversão através das relações sociais, incluindo diferentes faixas etárias, alegria do local através da música, decoração e atratividade. Para complementar as respostas os voluntários utilizaram palavras como cultura, doação, solidariedade, prazer, orgulho, integração, cooperação, reencontro, gastronomia num gesto de justificar ainda mais suas respostas.

Cultura alemã: 27,5%

Para 27,5% dos voluntários a Oktoberfest de Igrejinha é manifestação da cultura alemã. Entre os pontos citados, complementaram suas respostas destacando a música, como instrumento para preservar a cultura alemã, a tradição familiar em trabalhar na festa. Expuseram a cultura alemã como significado de vida e amor cultivado desde a infância e o orgulho que sentem em fazer parte da festa. Entendem também como forma de divulgar sua origem, além de arrecadar dinheiro para instituições. Utilizam a festa para fazer uma homenagem aos alemães que colonizaram a região e para saber mais sobre a cultura germânica e citam a integração entre comunidade e visitantes.

Renda para a cidade, desenvolvimento: 10%

Em um menor número, 10% dos voluntários focaram a questão da motivação e a oportunidade que a comunidade tem em se unir em torno de um ideal econômico que visa o benefício de todos, inclusive regional.

Benefício a instituições: 8,13%

Somente 8,13% dos voluntários acreditam que a Oktoberfest de Igrejinha é uma forma de ajudar instituições, unindo o benefício às pessoas que necessitam, inclusive ajudando ao Hospital, APAE e todas as instituições de ensino, que é visto aqui como motivo para comparecer à festa.

Outros: 10,63%

Nesta outra categoria os voluntários enxergam a Oktoberfest como uma festa que faz parte de sua vida e de sua história desde que nasceram, e muitos, que trabalham como voluntários

desde a primeira edição da festa. Observam a importância da festa por ser um momento em que o município é lembrado, estando na mídia nacional e internacionalmente.

Fazendo uma análise deste panorama, formado através das respostas dos voluntários, percebe-se que a questão cultural, de ser uma festa tradicional, ligada a valores e costumes repassados através de gerações prevalece num maior número de respostas. Mesmo não sendo a “cultura alemã” o maior índice de respostas, ela se caracterizou por outras palavras e definições, ao longo das justificativas dadas por eles.

Outro elemento que complementou as respostas e justificativas foi a união de esforços, em conformidade à formação de um grupo social focado na coletividade e no sentimento de pertença.

Em outro momento, a representatividade que a festa insere em sua lembrança faz com que se mantenha o vínculo de importância e interesse para que se dê continuidade durante vários anos.

Considerações finais

Ao analisar a questão proposta e as referências bibliográficas pode-se considerar a tradição como fator determinante das ações que remetem à tradição interligada à cultura, propriamente dita. A Oktoberfest de Igrejinha vem desenvolvendo anualmente um trabalho de rememoração das tradições germânicas inserida em um contexto histórico-cultural, incluindo para tanto, a participação da comunidade. Persiste o desejo de preservação da identidade germânica apoiada num dos suportes de transmissão e divulgação: o turismo. Muito mais amplo e abrangente, o turismo cultural faz com que a dinâmica, neste caso, tradição através de uma memória cultural, promova e valorize algo com que possam obter subsídios, melhorar sua economia e criar uma consciência patrimonial consistente, transmitida socialmente através de gerações.

Os voluntários, ao responderem o questionário, serviram de “apoio” para a certificação de que, a partir de um grupo social, é possível recriar, manter e construir um futuro pautado na tradição local.

Referências

ARÉVALO, Javier Marcos. La tradición, el patrimonio y la identidad. In:

http://www.dipbadajoz.es/publicaciones/reex/rcex_3_2004/estudios_02_rcex_3_2004.pdf.

BRASIL. *Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007*. Ministério do Turismo, Brasília, DF, 29 abr. 2003.

COSTA, Jurandir Freire. *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 244 p.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Documento Turismo Cultural – Orientações Básicas*, organizado pelo Ministério do Turismo e OngTour – Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento do Turismo, 2006. Disponível em: <www.embratur.gov.br>, acesso em 05/10/2007.

FLECK, Lucio. *A saga do vale – Histórias da Imigração Alemã no Vale do Rio dos Sinos*. Vol. I. Ed. 1, Edição do Autor, 2004.

CORULLÓN, Monica & WILHEIM, Ana Maria. *Voluntários: programa de estímulo ao trabalho voluntário no Brasil*. São Paulo: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, 1996.

GASTAL, Suzana. Turismo & Cultura: por uma relação sem diletantismos. In: GASTAL, Suzana (Org.) *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. 150 p. (Coleção Comunicação, 4).

KOURGANOFF, Wladimir. *A face oculta da universidade*. Tradução Cláudia Schilling; FátimaMurad. São Paulo : Editora da Universidade Estadual paulista, 1990.

MINAYO, M.C.S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, Clarissa C. *A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro*. São Paulo:Ed. UNESP, 2004. 142 p.

Município de Igrejinha. Disponível em: <<http://www.igrejinha.rs.gov.br>>, acesso em 11/11/2007.

Autor

Kelly Raquel Schmidt

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas e Mestranda do Curso Memória Social e Patrimônio Cultural pela mesma Universidade, com experiência em Pesquisa, Turismo Cultural, Patrimônio Cultural, Planejamento Turístico, Geoprocessamento, Sistema de Informações Geográfico, Área administrativa no setor público, Organização de Eventos e Fotografia.

O Patrimônio Histórico Cultural do tropeirismo: Subsídios para o turismo cultural no parque nacional de Aparados da Serra

Jaqueline Posser Gallina

Resumo

A pesquisa desenvolvida pelos alunos do Instituto Federal Catarinense, Campus Sombrio, busca compreender o movimento do tropeirismo para, valorizar esse patrimônio histórico cultural, e analisar a possibilidade de torná-lo um suporte para o desenvolvimento do turismo cultural no sul catarinense, especificamente no município de Praia Grande, Santa Catarina. A pesquisa identificou uma trilha tropeira, localizada entre o planalto serrano gaúcho e a planície litorânea catarinense, partindo das bordas e através do vale do Cânion do Itaimbézinho e realiza a construção visual mapeando-a em uma maquete. O *caminho tropeiro da serra do fundo do Rio do Boi* é portador das memórias do transitar das tropas que, com suas mercadorias e pessoas, permitiram a integração dessas regiões e produziram referências culturais e históricas presentes no dia a dia da comunidade local. A temática do tropeirismo permite ao turista aliar o contato com a natureza à interação com a história e a cultura da comunidade.

Palavras-chave: tropeirismo, patrimônio, turismo.

Entre o mar e a serra, a Praia Grande: contextualização do objeto da pesquisa

Consolidando o domínio português no Brasil Meridional com o desenvolvimento do comércio de animais e fundação de vilas e cidades, a margem dos primeiros caminhos terrestres, as áreas do litoral catarinense são determinantes para integrar o sul ao restante do país. Nessa dinâmica, em 1728, ao sul da Capitania da Ilha de Santa Catarina, parte, da foz do Rio Araranguá, na região do Morro dos Conventos, a expedição de Francisco Souza Farias para a abertura de um caminho do litoral que, transpondo as serrarias, atingisse o planalto. Chegando à villa de Lages em Santa Catarina, dali seguiriam por outros caminhos que conduzissem aos campos de Curitiba, prosseguindo por Castro, ambos no Paraná, até atingir Sorocaba, em São Paulo.

A abertura deste caminho põe fim a intransponibilidade da temida Serra Geral e atende aos apelos e preocupações para abertura de vias de acesso entre o litoral catarinense e os campos *das gerais* no planalto serrano.

Trajetos menores, que encurtavam e venciam distâncias, mas não menos importantes, suprem necessidades regionais e promovem a articulação econômica e cultural do litoral e planalto¹

¹ As estâncias dos “campos gerais”, em meados do final do séc. XVIII possuíam em torno de duas dezenas de fazendas e uma população de 133 pessoas.

praticadas no lombo de mulas. Carentes de produtos complementares para sua alimentação e mediante a impossibilidade de cultivo pelo rigor climático, habitantes do planalto serrano, buscam a produção de derivados da cana de açúcar (cachaça, açúcar mascavo) e da mandioca (farinha), cultivados e produzidos pelos colonos *serra abaixo*, os quais, por sua vez recebiam gêneros de primeira necessidade como querosene, queijo e charque, entre outros. Pelos caminhos trilhados e no vai-e-vem de mercadorias e pessoas, vão se fixando as populações e desenvolvendo a região.

Transpor a barreira geográfica da Serra Geral foi uma atividade que os colonos, pioneiros na ocupação de Praia Grande e região, empreenderam seguindo os caminhos abertos pelos índios *Caingangues* (ou coroados, remanescentes dos índios do grupo Jê) que, nas épocas de escassez do pinhão, se deslocavam para buscar peixe e marisco no litoral.

Não menos importante, o movimento *serra abaixo*, com a incursão de escravos para cultivar roças de alimentos de subsistência para os estancieiros. No final do séc. XIX, por conhecerem essas serrarias, vieram se aquilombar na região conhecida como Pedra Branca (atual comunidade praia-grandense de São Roque) e, atualmente, os remanescentes dos escravos obtiveram a certificação de sua ancestralidade escrava² e requerem a titularidade das terras que habitam³.

Consoante a essa dinâmica encontramos elementos, quando da análise do conteúdo do Código de Posturas (1882) do município de Torres, que nos permitem inferir sobre a importância do transitar de pessoas, animais e mercadorias para a prosperidade da região. No processo de normatização e disciplinamento do cotidiano, é referente à valorização reservada aos tropeiros, indicando também que o movimento de integração comercial nesta região, de acordo com Nilza Huyer Ely (2004), foi iniciativa dos moradores de *cima da serra*.

Na intensificação das relações entre o planalto e o litoral, as tropas de mulas cargueiras ou arreadas, geralmente formada por cinco ou seis indivíduos com suas cargas levada em bruacas, percorrem caminhos nas serrarias do município de Praia Grande, em Santa Catarina: a *Serra da Pedra Branca*, do *Josafath*, do *Amola Faca*, do *Faxinal* e do *Cavalinho Branco*, entre as mais conhecidas. Pode-se atualmente, encontrar seus vestígios materiais e, assim, esta

² A Fundação Cultural Palmares emitiu a certificação em 10/12/2004 (Diário Oficial da União). O processo de certificação é baseado no autoreconhecimento da ancestralidade quilombola e nos referenciais culturais presentes na comunidade. O inventariamento dos bens culturais (INRC) foi realizado em 2008, pela Superintendência do Iphan de Santa Catarina.

³ A regularização fundiária das terras sofre o ajuizamento de uma ação civil pública na 2ª Vara Federal de Criciúma (reecaminhada para Caxias do Sul) em torno da "declaração do direito de propriedade da Comunidade São Roque, formada por descendentes de antigos quilombolas, sobre terras que se encontram dentro dos limites do Parque Nacional dos Aparados da Serra, bem como o reconhecimento do direito de cultivo destas terras sem imposições de limitações de ordem ambiental, próprias das terras abrangidas pelos Parques" (www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia)

comunicação trás reflexões iniciais e alguns resultados parciais sobre a investigação de um ***caminho tropeiro na serra do fundo do Rio do Boi***. A mesma faz parte de um projeto de iniciação científica dos alunos do Instituto Federal Catarinense, Campus Sombrio, intitulado “O Movimento do Tropeirismo e o Desenvolvimento de um Produto Turístico Cultural no Município de Praia Grande”.

O (des) conhecimento do patrimônio histórico-cultural do movimento do tropeirismo entre os alunos do IFC: histórico das atividades da pesquisa

A percepção, entre os alunos do ensino médio e profissional do IFC, integrantes da Oficina de Educação Patrimonial, do seu desconhecimento sobre a temática do tropeirismo, apesar dos mesmos possuírem identidade histórico-cultural com as regiões tropeiras do Brasil Meridional e, neste caso, os municípios de Praia Grande (SC), São Francisco de Paula, Cambará do Sul, Bom Jesus e Torres (RS), local de origem dos alunos, foi considerada a mola propulsora para que a capacitação e organização de um movimento para desencadear a apropriação do conhecimento da importância histórica do tropeirismo entre estes alunos do IFC.

A metodologia da educação patrimonial⁴ serviu de base para o reconhecimento dos elementos culturais e econômicos relacionados ao tropeirismo e presentes na experiência dos antepassados dos alunos. A contextualização histórico-cultural contou com o suporte da técnica da história oral para obter depoimentos de antigos moradores, familiares, ex-tropeiros que relataram suas experiências de vida. Também foram feitas entrevistas com alunos do curso Técnico em Turismo e Hospitalidade, com ênfase em Turismo Rural, a fim de considerar a sua percepção referente ao patrimônio do tropeirismo e o enfoque dado ao mesmo no desenvolvimento de suas atividades enquanto condutores locais de turismo.

Outra atividade que não poderia deixar de ser registrada, pois possui papel, tanto como potencial para geração de renda quanto para a valorização do patrimônio do tropeirismo, é a realização de um curso para a formação de *guasqueiros*, ministrado por um ex-tropeiro. Este verdadeiro “tesouro humano vivo”, constitui-se num patrimônio cultural marcado pela habilidade particular da arte de trançar o couro e confeccionar equipamentos e utensílios que reportam ao tropeirismo (bruacas e encilhas). O legado imaterial deste “saber fazer” permite o compartilhamento de conhecimentos em uma cadeia em que preservar é transmitir.

Por outro lado, também houve a percepção que, entre alunos do Curso Técnico em Turismo e Hospitalidade, oriundos do município de Praia Grande, os mesmos exploram a região sob a

⁴ A aplicação da metodologia ocorre através da associação de instrumentos, objetos ativadores da memória e do despertar do interesse em resgatar um patrimônio “descoberto”.

ótica do potencial do turismo de aventura⁵. O argumento recorrente entre esses agentes de turismo, em face da exuberância natural da região, é de que as atividades turísticas e a prática do guiamento são focadas para a natureza, pois, *“os turistas objetivam, tão somente, entrar em contato com a natureza: caminhar, molhar-se, observar o verde e respirar ar puro. O “resto” não lhes interessa.”*

No entanto, os estudos sobre o turismo indicam que apesar dos turistas possuírem outras motivações que os atraem ao destino que não o aprofundamento da cultura visitada, a mesma exerce influência em seus deslocamentos, pois a cultura permeia todos os segmentos do turismo e o que dá vida, cor e sabor a visita de qualquer turista é a experiência com as pessoas locais, que aí moram, trabalham e se divertem. O capital antropológico, composto pelos saberes e os fazeres cotidianos, o modo de ser, o linguajar e a gastronomia são elementos presentes e fundamentais em qualquer atividade turística.

Neste sentido, o trabalho educacional, capacitando os alunos enquanto agente cultural, também propicia o acréscimo da perspectiva histórico-cultural do patrimônio do tropeirismo, como uma forma de, além de promover sua preservação, contribuir para torná-lo um atrativo turístico. Assim, no ano de 2009, buscou-se o apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica (FAPESC) do Estado de Santa Catarina e atualmente, seis alunos desenvolvem o projeto de pesquisa a cerca do valor cultural do tropeirismo na região sul catarinense.

A cultura material e imaterial do tropeirismo e a sua vinculação a um produto turístico regional

A percepção sobre o (des) conhecimento do processo histórico do movimento do tropeirismo e as argumentações de que os turistas buscam a região bem como a população local, sem atentarem para o significado e a influência que o patrimônio histórico-cultural exerce não só sobre as atividades econômicas relacionadas ao turismo, mas também sobre os comportamentos da comunidade local, são significativos para promover a discussão de algumas ideias sobre patrimônio, cultura e turismo.

Veiga (2005), alerta que essa discussão passa pelo entendimento de que, mais que uma herança, a valorização dos recursos patrimoniais é um processo de construção e também “uma oportunidade de consumo produtivo, fazendo com que muitas comunidades se transformem em entusiásticas protagonistas de sua valorização”.

⁵ O uso turístico no interior do Parque Nacional de Aparados da Serra se dá através do percurso de três trilhas: a do Vértice, do Cotovelo (na beira do cânion e do Rio do Boi (no leito do Rio Mampituba).

O Ministério do Turismo, o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional e a Câmara Temática do Turismo brasileira, estabeleceram um recorte na abrangência dos termos turismo e cultura e dimensionaram o segmento entre “atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”.

Aliada a esta idéia, a UNESCO enfatiza a valorização do patrimônio cultural, composto não somente por bens, monumentos, conjuntos e lugares, mas também pelo “amplo conjunto de produções ou manifestações, individuais ou coletivas que expressam as crenças, costumes, tradições e conhecimentos de um determinado grupo social”.

É recorrente entre os agentes promotores do turismo que o mesmo é um meio de preservação do patrimônio cultural nacional e, neste sentido, o surgimento de programas de revitalização e reutilização de prédios e conjuntos históricos para fins econômicos, administrativos, etc, que remete a idéia de valorização econômica do patrimônio em se tratando de uso turístico.

No entanto, CHAGAS (2003) coloca que, na ressignificação desses novos usos e na maneira de como implementar os símbolos do passado e fazer sua junção ao presente, é importante haver a discussão para que o resultado do “processo não seja um fardo para a coletividade carregar sob o status de troféu e/ou símbolo do passado”.

A idéia presente, ao se promover o turismo cultural, é que o mesmo sirva de instrumento para que moradores e gestores apreciem, protejam e promovam o seu patrimônio, amparados pelo pilar em que se assenta a relação turismo e cultura: o uso turístico deve atuar no sentido de fortalecer as culturas e preservar sua memória e identidade.

Neste sentido, o patrimônio histórico cultural torna-se responsável pela continuidade histórica da comunidade, transcendendo gerações, as quais, uma vez que o reconhece, passam a incorporar os valores e ideais materializados nos laços que unem geograficamente e historicamente esta comunidade. O papel das instituições de ensino e demais gestores do turismo e da cultura, inicialmente, é de voltar suas ações para que este patrimônio seja apreendido e reconhecido para, mais tarde, torná-lo uma oportunidade de desenvolvimento econômico.

4. O Caminho Tropeiro na Serra do Fundo do Rio do Boi

A saída a campo para a reconstrução do caminho foi acompanhada por pessoal vinculado ao Parque Nacional de Aparados da Serra⁶, tendo a frente da expedição um guarda-florestal, antigo morador e memória viva de tropeadas na região, o qual abria, à facção, a trilha a qual, em muitas partes, encontrava-se encoberta por uma vegetação fechada. Os depoimentos dos moradores locais afirmam que o caminho era utilizado até o final da década de 60, quando a serraria (suas ruínas bem ainda são visíveis), estabelecida no início da trilha, nos campos de Cambará do Sul, teve suas atividades de extração da araucária encerradas.

A diversidade do ecossistema encontrado nos campos à borda do cânion pode ser confirmada com a presença dos campos sujos (matas de vassouras), floresta nebulosa (árvores cobertas de líquens e bromélias) e mata de araucária. Abundantes as espécies vegetais encontradas, como o xaxim serrano, taquaras *criciúma* e cactos; valiosos exemplares de árvores entre eles, o pinheiro, a gramimunha, angicos (cuja função, na época dos tropeiros, se assemelha a da pedra ume, usada para curtir o couro), cabuim, casca d'anta, canela preta e imbuia. No solo, por vezes turfoso e noutras mais secos, também as marcas das pegadas de animais como gato do mato, graxains e tatus; as fuçadas de capivaras e as espojadas de jacu. Alguns pés de erva-mate e outras árvores cujas frutas como o maracujá e a goiaba são muito apreciadas assim como o mel de abelhas silvestres.

Para percorrer o **Caminho Tropeiro na Serra do Fundo do Rio do Boi** partiu-se da “*quebrada funda*”, local no interior do “*campo dos Nunes*”, no município de Cambará do Sul até atingir o leito do Rio do Boi, onde as tropas o ultrapassavam seguindo pelo vale do Cânion do Itaimbézinho, até chegar aos locais de comércio em Praia Grande⁷.

Numa jornada de onze horas caminhando *serra abaixo* (serra do fundo do Rio do Boi), com precipícios (chamados cânions) de profundidades em torno de 900m e com uma fenda em torno de 5,8 km de extensão, somadas há outras duas horas no leito seco do Rio do Boi, encontrou-se as evidências históricas e geográficas de um dos caminhos utilizados pelos tropeiros para integrar o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, respectivamente pelos municípios de Cambará do Sul e Praia Grande.

Ao objetivo primeiro de encontrar e percorrer o caminho somou-se a possibilidade de identificação de elementos culturais comuns e singulares dos habitantes do planalto serrano

⁶ O Parque Nacional dos Aparados da Serra se sobrepõe ao caminho pesquisado e, nessa área, não é permitido o aproveitamento turístico de visitação, sendo somente possível desenvolver estudos com autorização da administração do parque.

⁷ De acordo com o relatório de estágio de Renata Corvino (2003), nas primeiras décadas do século XX, era intensa atividade mercantil, confirmada pela existência de oito casas comerciais na localidade de Molha Côco, em Praia Grande.

com a planície litorânea, aliado à compreensão da força e bravura que os pioneiros tropeiros detinham ao construir e percorrer este caminho.

A memória do caminho foi obtida com o uso do GPS para a obtenção do traçado georeferenciado, sendo o mesmo um instrumento fundamental para a análise espacial da região. Após definir os pontos e localizar a área da pesquisa, está em processo de elaboração visual de sinalização do **Caminho Tropeiro na Serra do Fundo do Rio do Boi**, uma maquete para a representação do mesmo. As cartas topográficas utilizadas são em número de quatro e decorrem da articulação entre as cartas de Cambará do Sul, Praia Grande, Aratinga e Três Cachoeiras.

Considerações finais

Na região sul catarinense os tropeiros foram responsáveis não somente pelo abastecimento interno das populações, mas também possibilitaram a integração sócio-cultural entre povoados distantes e isolados. A pesquisa, ao evidenciar aspectos históricos e culturais do tropeirismo, subsidiará a criação de condições para a valorização deste patrimônio.

O patrimônio construído ao longo do estabelecimento de comunidades em torno dos caminhos trilhados pelos tropeiros, se valorizado primeiramente pelos membros da comunidade, ao criar vínculos mais sólidos com suas origens, pode impactar positivamente no seu desenvolvimento.

A possibilidade de formatação de um guia turístico que divulgue aos visitantes e comunidade os elementos relacionados ao tropeirismo, bem como a sua importância no processo de ocupação da região do sul catarinense, além de revelar o quanto à identidade atual da comunidade está relacionada aos costumes ligados à atividade tropeira, também agregará valor as atividades turísticas promovidas nesta região.

6. Referências

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo cultural: orientações básicas*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/>. Acesso em: 20 de mar. 2010.

CHAGAS, Mario *et all (orgs.)*. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOMBRIO. *Relatório de estágio supervisionado*. Santa Rosa do Sul, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Carta Topográfica de Praia Grande*. 1981.

MINISTÉRIO DO EXERCITO. *Carta Topográfica de Aratinga*. 1980.

MINISTÉRIO DO EXERCITO. *Carta Topográfica de Cambará do Sul*. 1980.

MINISTÉRIO DO EXERCITO. *Carta Topográfica de Três Cachoeiras*. 1980.

Processual Civil. Ação Civil Pública. Comunidade Quilombola. Competência. Parques Nacional dos Aparados da Serra e da Serra Geral. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia>. Acesso em: 08 de abr. 2010.

SANTOS, Lucila M^a, BARROSO *et all* (orgs.). *Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.

VEIGA, José Eli da. *Do global ao local*. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

Autora

Jaqueline Posser Gallina

Licenciada em História; Tecnóloga em Cooperativismo; Mestre em Extensão Rural. Atua junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense-Campus Sombrio, onde realiza as seguintes atividades: Coordena as atividades administrativas e educacionais da Cooperativa-Escola dos Alunos do Campus; coordena a Oficina de Educação Patrimonial; orienta projeto de iniciação científica na área de história, memória e turismo; colabora no Curso Técnico em Turismo e Hospitalidade, ministrando as disciplinas de História aplicada ao Turismo e Museologia. É responsável pela implementação do Museu do Campus Sombrio.

A estrada de ferro Perus Pirapora: Problemáticas e reutilização de um patrimônio industrial

Ewerton Henrique de Moraes
Eduardo Romero de Oliveira

Resumo

O presente artigo apresenta resultados preliminares de projeto de pesquisa em andamento. O projeto toma como objeto de estudo a Estrada de Ferro Perus – Pirapora (E. F. P. P.), do início do século XX, em São Paulo, e tem por objetivo geral propor uma reflexão sobre a eficácia o turismo como meio de preservação e revitalização do patrimônio ferroviário. Consideramos inicialmente algumas formulações básicas sobre turismo e a noção de patrimônio industrial. Examinamos, em seguida, o esforço de identificação e valoração do bem patrimonial ferroviário durante o processo de tombamento e depois, em função do uso e gestão deste bem, considerando as argumentações e propostas de uso apresentada para o tomo histórico.

Palavras chaves: Patrimônio Industrial, ferrovias, turismo.

Introdução

Em tese, o reconhecimento através do tombamento garantiria aos bens sua integridade, tornando estes capazes de servir a posterioridade como elos entre o passado e o presente, evidenciando em si marcas de processos históricos. Contudo, é notório que, apesar do tombamento, o bem cultural pode sofrer com o abandono e a degradação. Tendo por base a pesquisa bibliográfica exploratória e documental objetiva-se refletir sobre o patrimônio, buscando evidenciar as dificuldades de identificação e valoração do objeto de estudo Estrada de Ferro Perus Pirapora, além de fomentar as discussões sobre o turismo como atividade meio para preservação do patrimônio.

1. Turismo e Patrimônio Industrial: algumas definições

1.1 Turismo e suas definições

Segundo Barreto (1995), o conceito turismo surge no século XVII na Inglaterra e se tratava de um tipo especial de viagens. Ainda, segundo a autora, o turismo contemporâneo surge após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), motivado pela internacionalização da economia. No Brasil, o turismo como fenômeno social teria surgido depois de 1920, tendo como marco a criação da Sociedade Brasileira de Turismo em 1923.

Partindo da hipótese do turismo como fenômeno multidisciplinar e que depende do aporte de outras áreas, a compreensão esta baseada em conceitos e hipóteses oriundos de outras ciências consolidadas. Tal fato gera a possibilidade de variação ou mesmo a inexistência de um único conceito que seja capaz de abordar o turismo abrangendo toda sua magnitude. Segundo

Barreto (2007, p. 9), “[...] a complexidade e a diversidade inerentes ao turismo originaram uma enorme quantidade de definições, perto de cem, que variam conforme a formação do autor”. Assim, o estudo da atividade estará pautado principalmente no foco da observação do autor e em suas experiências anteriores.

A Organização Mundial de Turismo (OMT, 1994 apud OMT, 2001) aponta o turismo como o conjunto de atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu habitual por negócios, lazer ou outros, ressaltando que o período de tempo consecutivo deve ser inferior a um ano. Avançando nesta definição podemos ainda pensar nas relações sociais existentes em função da prática desta atividade, ainda neste exemplo poderíamos pensar no turismo como uma troca de experiências entre as comunidades emissoras e receptoras, entendendo assim, que a compreensão do turismo como fenômeno vai muito além das relações econômicas.

Por se tratar de um fenômeno social complexo e diversificado, para Barreto (1995) podemos nos referir à tipos de turismo, estes classificados através de diferentes critérios, ou ainda segmentos. Ferramenta do planejamento de marketing, a segmentação pode ser entendida como o agrupamento de pessoas baseados em características similares, teoricamente igualando os interesses e aumentando as chances de aceitação do mesmo produto por diferentes tipos de pessoas.

A fim de evitar conclusões precipitadas quanto as possibilidades de visita relacionado com a Estrada de Ferro Perus Pirapora optou-se por não analisar o turismo baseado em segmentos, mas como atividade em si, prevendo a capacidade de diferentes abordagens ou motivações de visita para o mesmo objeto.

1.2 Patrimônio Industrial e instrumentos de preservação

Há algum tempo os estudos históricos vem considerando a importância dos objetos e do espaço como elementos constitutivos da memória – ou “lugares de memória”, na expressão de Pierre Nora. Este culto à memória teve seu lugar de ascensão também através da delimitação do patrimônio histórico, como nos informa Choay (1999), desde o estabelecimento das categorias de monumentos históricos, na França, em 1837. Já há algumas décadas tem sido colocada a idéia de patrimônio industrial, que leva em consideração as atividades industriais contemporâneas, nos seus aspectos tecnológicos, econômicos e sociais. A bibliografia específica indica na Inglaterra, nos anos 1950, como o início desta discussão sobre a preservação de patrimônios industriais, a partir de um interesse crescente em relação aos objetos e estruturas remanescentes da revolução industrial (HUDSON, 1966; BUCHANAN, 1982). Naquela ocasião, fábricas e minas foram listados pelo Conselho Nacional de

Arqueologia; e estudiosos tem feito levantamentos e análise sobre *vestígios industrial* (HUDSON, 1962; MENDES, 1991). Este esforço preservacionista cresce vinculado aos estudiosos de história da engenharia, da tecnologia e aos museus de ciência e tecnologia nos Estados Unidos, Inglaterra, Espanha e Alemanha (MINCHINTON, 1983). Concebendo os patrimônios industriais como os bens físicos relativos à atividade da indústria humana, assim como os ofícios e práticas relativos a estes bens. Enfim, conforme a Carta de Nizhny Tagil (THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE – TICCIH, 2003, art. 1), “o patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico.” Estes vestígios compreendem não só edifícios e máquinas, mas também os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas a indústria, tais como as habitações.

No Brasil, o esforço massivo de identificação de um patrimônio nacional e da sua proteção pelo Estado é marcado pela fundação do SPHAN, em 1937. Um esforço centrado primeiro nas idéias de civilização e tradição, conforme mostra José Gonçalves (1988; 1996), e depois nas idéias de *bens culturais* e *diversidade cultural* como indicadores no processo de identificação de um *caráter* nacional brasileiro (GONTIJO, 2003). A idéia de patrimônio industrial, como vestígio do nosso “desenvolvimento”, materializou-se no tombamento das estruturas físicas remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema (Iperó, SP) pelo SPHAN, em 1964. E admite-se que os engenhos, enquanto representativas de instalações manufatureiras, seriam também estruturas importantes enquanto patrimônio industrial (GAMA, 1986). Reside aqui uma das justificativas para o trabalho de resgate arqueológico do Engenho dos Erasmos, em Santos (SP) (ANDREATTA, 1999)

Mas muitos trabalhos relativos ao patrimônio industrial têm considerado máquinas ou tecnologia, mas também a oralidade (LANE, 1993), em parte derivado da projeção dos estudos de história oral e da história do trabalho (THOMPSON, 2002). O America’s Industrial Heritage Project, iniciado pelo National Park Service, na Pennsylvania (EUA), em 1987, tinha por fundamento preservar e interpretar a dimensão humana do patrimônio industrial norte-americano, a partir de uma proposta local, com foco nas subculturas e para fomento da atividade turística. Esteve focado em realizar inventários industriais sobre os temas do transporte, mineração e fundição de aço; além de identificação de sítios históricos e documentação, coletou também depoimentos de trabalhadores, pessoal administrativo e líderes das comunidades (LANE, 1993).

A discussão sobre patrimônio cultural tem de desdobrado, nas últimas décadas, por conta da discussão sobre a idéia de patrimônio imaterial. Esta idéia define-se como os objetos, espaços agregados a conhecimentos, manifestações com valor referencial para a comunidade – noção

ligada a outras, de diversidade cultural e identidade cultural (UNESCO, 2003; CUÉLLAR, 1997). Em função dela, desde 2000, algumas instituições e pesquisadores no Brasil têm feito esforço no sentido de conceber modelos ou diretrizes para inventário sobre a celebração e ofícios. É o caso do Inventário Nacional de Referências Culturais/INRC, desenvolvida pelo Iphan; que supõe a idéia de referências culturais (FONSECA, 2003; FALCÃO, 2005; VIANNA, 2004). Considera-se que as referências patrimoniais são aos objetos constitutivos da memória da formação, formas de trabalho e vida passadas ou atuais. Contudo, a sua fundamentação teórica é mais complexa e envolve discussões em diferentes áreas, muitas vezes conflitantes entre si, como observam Sant'Anna (2005), Munjeri (2004), Laraia (2004) e Londres (2004). Dentro dos próprios grupos de trabalho sobre identificação de um patrimônio imaterial, algumas pesquisas já demonstraram que a riqueza das práticas culturais nem sempre se adequam a roteiros fechados e estruturados, conforme é estabelecido pelos questionários de identificação no modelo do INRC (CARVALHO; PACHECO, 2004).

Nosso entendimento é de que o estudo do patrimônio industrial deveria considerar não apenas os bens físicos (edificações, objetos e maquinários), mas os bens materiais (memória, saberes e formas de trabalho). Inclusive, nos termos em que a questão patrimonial se coloca contemporaneamente a diversidade cultural, identidade cultural e a participação da comunidade no processo de identificação das referências culturais e na sua gestão.

Tendo em vista sua função econômica, os avanços tecnológicos ou mesmo abandonos tira das estruturas prediais e equipamentos industriais sua razão de ser, contudo estes ainda seguem relacionados a uma memória, guardando em si traços de um tempo que não o atual. Assim tornando louvável sua preservação, uma vez que serve como mediador entre o passado e o presente. Esta afirmação se torna ainda mais forte se pensarmos em diferenças formas legais de proteção de bens culturais por atos e ações estatais que incide sobre o direito de propriedade e se fundamenta na alegação de interesse comum (RABELLO, 2009, p. 21).

A utilização do termo “tombo” como inventário ou registro nos remete a 1375 onde era usada para designar o Arquivo Nacional de Portugal, localizado na posteriormente chamada de Torre do Tombo. Os registros portugueses eram feitos nos Livros de Tombo, onde tombar significava inscrever nos arquivos do Reino. No Brasil, apenas em 30 de novembro de 1937 nossa legislação viria tratar de assunto similar. A partir do Decreto-Lei nº 25 (BRASIL, 1937) fica prevista a criação do SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além de versar sobre o patrimônio histórico e artístico nacional e tombamento.

A designação “Livro do Tombo” ainda hoje é utilizada no Brasil, em nível federal o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional registra os bens protegidos desta forma em quatro livros diferentes e em acordo com as particularidades do bem: Livro do Tombo

Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; Livro do Tombo das Artes Aplicadas. O ato do tombamento objetiva a conservação da integridade dos bens de interesse público motivadas por características especiais, ainda segundo Machado (2002, p. 636 *apud* MIRANDA, 2006, p. 111), o sítio tombado merece integral proteção naquilo que contém atualmente, não podendo ser alterado, salvo para cuidados de manutenção. Assim, a partir da inscrição em um dos livros do tomo, o bem estará submetido a um regime especial de proteção, que visa assegurar a proteção efetiva da coisa contra abandono, a descaracterização, a destruição, a evasão, a alienação e o deslocamento descontrolado.

De maneira simplificada, podemos compreender o tombamento como ato final resultante de um procedimento administrativo – processo de tombamento – onde o Poder Público declara o valor cultural de coisas móveis ou imóveis, impondo limitações ao exercício da propriedade para realização de interesses coletivos de preservação do patrimônio. Assim, o tombamento pode ser visto como fato, uma vez que se trata de uma operação material de registro em um Livro Tombo, e simultaneamente como ato administrativo aplicado pelo Estado, já que impõe restrições ao direito de propriedade em função de bem maior, no caso a preservação.

2. A Estrada de Ferro Perus-Pirapora: preservação e reutilização turística

Dentre os bens caracterizados como patrimônio cultural, escolhemos uma estrutura ferroviária em particular no Estado de São Paulo: a Estrada de Ferro Perus-Pirapora. Tanto por suas características de patrimônio industrial, quanto pelas particularidades do seu tombamento, que nos permitem refletir sobre problemas de preservação e reutilização.

O desenvolvimento das ferrovias no estado de São Paulo tem forte ligação com o ciclo do café no mesmo estado, aparecendo como um dos principais motivos para a implantação de diversos novos ramais e pequenas ferrovias, contribuindo para o aumento da malha ferroviária nacional. A prosperidade do café trazia consigo a criação de novos ramais e pequenas ferrovias responsáveis pelo escoamento da produção até as ferrovias maiores. Projetadas para atender objetivos imediatos relacionados ao desenvolvimento da cultura cafeeira, estas ferrovias e principalmente, ramais e ferrovias menores, tornaram-se obsoletas, condenados ao abandono com a decadência do café. Sem motivação econômica, grande parte destas ferrovias acabou desativada e suprimida ao longo do tempo. Em alguns casos, permaneceram estruturas como estações, pátios ferroviários, oficinas e mesmo os trilhos, apontando que o legado um dia fez parte do que havia de mais moderno para o país.

A Estrada de Ferro Perus Pirapora (E.F.P.P.) é uma pequena ferrovia de bitola estreita (60 cm) construída no início do século XX visando ligar o bairro de Perus na capital paulista ao

município de Pirapora do Bom Jesus. Segundo a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF) (CONDEPHAAT, 1980), em seu projeto inicial a ferrovia iniciaria na estação Perus (na época, aproximadamente 1910, pertencente à São Paulo Railway¹⁰), passando por Santana de Parnaíba e terminando em Pirapora, contando com um ramal no atual município de Cajamar. Contudo, seus trilhos nunca atingiram a cidade destino e em 1925 com a criação da Ciment Portland Perus a pequena ferrovia teve suas atividades ligadas ao escoamento de produção da primeira fábrica de cimento do país. Levando em conta a sua utilização (escoamento da produção de cimento) a Perus-Pirapora é considerada congênere das pequenas ferrovias responsáveis por escoar o café e a cana para ferrovias maiores, daí o nome “cata – café” e “puxa – cana” (MATOS, 1974, apud CONDEPHAAT, 1987, p. 5).



Foto: Fábrica de Cimento Portland. Acervo particular de Nelson Aparecido B. De Camargo.

¹⁰ Inaugurada em 1867 a São Paulo Railway é a primeira ferrovia do Estado de São Paulo, onde ligava o litoral ao planalto paulista, Santos à Jundiaí. Em função do capital estrangeiro era popularmente conhecida como “Inglês”. Atualmente corresponde as linhas 7 – Rubi (Luz – Francisco Morato – Jundiaí) e 10 – Turquesa (Luz – Rio Grande da Serra) da malha da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), além do trecho direcionado ao transporte de cargas operado pela MRS Logística.

Durante o processo várias alegações são feitas para que seja aprovado o pedido, entre elas estão os valores históricos deste bem e também propostas para o seu uso futuro. Pensando especificamente na Estrada de Ferro Perus-Pirapora, as justificativas apresentadas para o tombamento integral desta ferrovia são as seguintes: a importância quanto ao contexto histórico – a finalidade de sua construção, o que a leva a ser congênere das ferrovias “cata-café” e “puxa-cana”, e a prosperidade mesmo diante da queda do café e quebra de suas similares –; a raridade do patrimônio e material existentes – na época a EFPP uma das duas únicas ferrovias brasileiras à ainda contar com bitola de 60 cm, além de um maquinário vasto e incomparável, como locomotivas, vagões, remanescentes de suas congêneres (Tramway da Cantareira, Cia. Do Dourado, Ramal Ferreo Campineiro, Cia. Paulista – Ramal de Santa Rita, entre outras) que foram suprimidas ao longo do tempo - e a tecnologia ferroviária - presente tanto na forma de operação da ferrovia, quanto na produção de suas locomotivas, vagões e etc, fabricados em países como Inglaterra, França e Estados Unidos em épocas diversas. (CONDEPHAAT, 1987)

Nem mesmo sua importância reconhecida e seu potencial turístico demonstrados no processo de tombamento foram capazes de evitar a degradação e abandono do material rodante da pequena ferrovia após o fim das atividades da fábrica. Atualmente a Estrada de Ferro Perus-Pirapora está sob concessão do Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural (IFPPC), porém tem um pequeno trecho com capacidade de operação e seu material rodante encontra-se, grande maioria, sucata nas dependências da ferrovia.

Visto como elo entre o passado e o presente, o patrimônio, seja ele material ou imaterial, vem ganhando espaço nas discussões já a algum tempo. Pensando em patrimônio material, não lhe basta o legado físico, sua guarda se dá não apenas pelas características físicas, mas também pelo que este representa a um determinado grupo e suas capacidades de materializar e evocar parte de uma memória coletiva.

Segundo Barreto (2000), a manutenção do patrimônio histórico é parte de um processo ainda maior, que são a conservação e recuperação da memória coletiva, esta vista por ele como parte da identidade dos povos. Assim, o patrimônio faz sentido ao passo que remete a um tempo que não o atual, preservando características, em muitos casos, extintas atualmente, possibilitando a sociedade conhecer a si. Além das ameaças naturais, mudanças econômicas e sociais também colocam em risco a integridade do patrimônio. A degradação do patrimônio histórico nacional não mais nos soa como novidade, o problema torna-se cada vez mais evidente. As ferrovias, antes, ainda no auge da época do café, impulsionadores do desenvolvimento econômico paulista, e porque não brasileiro, foram ao longo do tempo sendo

suprimidas e grande parte de seus remanescentes, encontram-se em estado lamentável, muitas abandonadas a ação do tempo.

É possível perceber que o patrimônio é vulnerável, isso pode ser notado também nas palavras de Barreto (2000, p.15) quando aponta que “o problema, geralmente, é que o bem assim ‘protegido’ transforma-se num equipamento com pouca utilidade social e nenhuma viabilidade financeira, que onera o poder público responsável. Assim, o patrimônio mantém sua aura, mas não se mantém”, sem nova função o bem acaba condenado a lenta degradação. Ainda nos anos de 1980, durante o processo de tombamento e antes da paralisação dos trabalhos da ferrovia, surgem propostas para o uso futuro, destaque para proposta encaminhada e integrante do processo que visava integrar o bem ao Parque Anhanguera (parque público localizado no bairro de Perus), onde a ferrovia serviria como meio de transporte e atrativo a este, simultaneamente. Neste documento a empresa pública se colocava a disposição para a realização dos estudos necessários para avaliar a potencialidade turística do local. Entre os projetos de uso atuais destacasse uma possível conexão do roteiro oferecido pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) no Expresso Turístico Luz – Jundiaí com a Perus-Pirapora, parceria sinalizada recentemente pela própria CPTM.

CONCLUSÃO

Dois pontos de reflexão nos apresentam até o momento. Primeiramente, durante as consultas ao processo, onde as argumentações se fazem de forma técnica e voltada apenas para as características ferroviárias. No caso da Estrada de Ferro Perus Pirapora, sua valoração histórica está pautada nas características técnicas da ferrovia, isolando por vezes este bem do contexto presente na fábrica de cimento e também das realidades presentes no cotidiano da população local. Pouco se fala da fábrica de cimento a qual esta ferrovia era parte e das pessoas que ali trabalharam, moradores ou outros que sintam-se parte do contexto. Este fato não diminui tão pouco nega a importância do tomo histórico, apenas aponta para uma limitação da avaliação técnica: o parecer considera o malha ferroviária, mas não o conjunto industrial de produção de cimento, dentro do qual ela está inserida. Isto nos alerta para a atribuição de valor (o trabalho ferroviário) e simultaneamente a definição dos critérios de importância histórica (tecnologia). O pressuposto conceitual de buscar-se no patrimônio tanto o valor de memória atribuído quanto marcas de um contexto histórico e das relações sociais, coloca a questão das disputas de memórias e o problema conceitual do bem industrial.

Em segundo lugar, considerar as formas de preservação (jurídica e econômica). A ferramenta do tomo histórico se mostra como um importante aliado para a preservação, porém deve ser utilizada em conjunto com outras para que seja potencializada e de fato ofereça proteção aos

bens reconhecidos. A atividade turística planejada apresenta-se como importante aliada à revitalização e preservação do patrimônio histórico nacional, uma vez que pode gerar renda através e trazer a este bem uma utilidade social. Não se quer apontar o turismo como “tábua de salvação” ou única alternativa, mas evidenciar as características desta atividade que a tornam uma possibilidade real.

REFERÊNCIAS

- ANDREATTA, Margarida Davina. Engenho são Jorge dos Erasmos: prospecção arqueológica, histórica e industrial. *Revista USP*, n. 41, p. 28-47, março/maio 1999.
- BARRETO, Margarita. *Cultura e Turismo: discussões contemporâneas*. Campinas: Papirus, 2007.
- BARRETO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas, SP. Papirus, 1995.
- BRASIL. *DECRETO-LEI Nº 25*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 01 abr. 2010.
- BUCHANAN, R. A.. *Industrial archaeology in Britain*. Harmondsworth: Penguin, 1982.
- CARVALHO, Luciana, PACHECO, Gustavo. Reflexões sobre a experiência de aplicação dos instrumentos do Inventário Nacional de Referências Culturais. In: LONDRES, 2004, pp. 25-34.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- CONDEPHAAT, Centro de Documentação do. *Processo de tombamento n. 21273/80*, Res. 5 de 19/1/87, D.O.: 20/1/87.
- CUÉLLAR, Javier Pérez de (Org.). *Nossa diversidade criadora: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Brasília: MinC/UNESCO, Campinas: Papirus, 1997.
- CUTCLIFE, Stephen; LUBAR, Steven. The challenge of industrial history museums. *The public historian*, 15, nº 1, p. 9-25, winter 1993.
- FONSECA, Maria C. L. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: MINC / IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial*. Brasília: MinC/Iphan/Fundação Nacional de Arte, 2003. pp. 83-93.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- GAMA, Ruy. Aspectos da arqueologia industrial no Brasil. In: *Anais do 1º Seminário nacional de História e Energia*. São Paulo: Dep. Patrimônio Histórico, 1986. p. 252-259.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos *patrimônios culturais*. *Estudos históricos*, nº 2, p. 264-275, 1988.
- GONTIJO, R. Identidade nacional e ensino da história: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In: ABREU, M. SOIHET, R. (org.). *Ensino da história – conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

- HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória histórica. In: *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, pp. 55-89.
- HUDSON, Kenneth. *Industrial archaeology*. London: John Baker, 1966.
- LANE, Janes B.. Oral history and industrial heritage museums. *The Journal of American History*, vol. 80, nº2, p. 607-618, set. 1993.
- LARAIA, Roque de Barros. Patrimônio imaterial: conceitos e implicações. In: TEXEIRA, José. G. L. C. (et al.). *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*. Brasília: ICS/UnB, 2004. pp. 12-18.
- LIMA, Maria Dorotéa de; MAUÉS, Raymundo Herald. Reflexões a propósito do registro do Círio de Nazaré como patrimônio de cultura imaterial. In: FALCÃO, Andréa. *Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares*. Rio de Janeiro: IPHAN / CNFCP, 2005. pp. 25-44.
- LONDRES, M. C. Cecília. Os inventários nas políticas de patrimônio imaterial. In: LONDRES, M. C. Cecília (et al.). *Celebrações e saberes da cultura popular*. Rio de Janeiro: Funarte / Iphan / CNFCP, 2004. pp. 7-13.
- MATOS, O. N. de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas: Pontes, 1990. 4º Edição
- MENDES, José A. Arqueologia industrial e patrimônio cultural. *Revista Portuguesa de História*, tomo XXVI, p. 110-124, 1991.
- MINCHINTON, Walter. World industrial archaeology: a survey. *World Archaeology*, vol. 15, nº 2, p. 125-136, oct. 1983.
- MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- NIZHNY TAGIL (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage - TICCIH). *CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL*. Disponível <www.patrimonioindustrial.org.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=8>Acesso em 23/06/2009.
- OMT. *Introdução ao Turismo*. São Paulo. Rocca, 2001.
- RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.
- RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2003. 3ª ed – (Coleção Turismo Contexto). pp. 15 – 24.
- SANT'ANNA, Márcia. Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In: FALCÃO, Andréa. *Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares*. Rio de Janeiro: IPHAN / CNFCP, 2005. MUNJERI, Dawson. Tangible and intangible heritage. *Museum International*, vol. 56, tomo 1-2, pp. 13-20, 2004.

SOLIS, Sydney S. F.; SILVA, Gilson A. A preservação dos processos culturais significativos para a sociedade brasileira. In: MINC / IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial*. Brasília: MinC/Iphan/Fundação Nacional de Arte, 2003. pp. 99-104.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Paris, 2003.

VIANNA, Leticia C.R. Patrimônio imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. In: LONDRES, M. C. Cecília (*et al.*). *Celebrações e saberes da cultura popular*. Rio de Janeiro: Funarte / Iphan / CNFCP, 2004.

Autores

Ewerton Henrique de Moraes

Graduando em Turismo pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP / Campus de Rosana. E-mail: ewertonhenrique_adm@yahoo.com.br

Eduardo Romero de Oliveira

Graduado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em Filosofia. Atua como Professor Assistente Doutor na UNESP.

Conic: “transgressão” na cidade patrimônio

Regina Coelly Fernandes Saraiva
Rosecleide Neves Branco

Resumo

Conic – centro comercial de Brasília, situado no Setor de Diversões Sul, no centro da cidade, apresenta uma história singular e ao mesmo tempo é encarado como “transgressão” ao projeto da cidade consagrada como Patrimônio Cultural da Humanidade. Pesquisa realizada sobre o Conic, revela por meio de experiências e memórias que o lugar é singular – é um patrimônio da cidade. Foi sua própria trajetória histórica e a consolidação do espaço pelos moradores que legou esse atributo ao Conic. Determinadas visões de patrimônio revelam-se insuficientes tendo como referência o estudo sobre o Conic.

Palavras-chaves: Patrimônio, identidade, memória.

O Centro Comercial Conic está situado no centro de Brasília – DF. O Conic, como é conhecido por todos, “liga” o Setor Comercial Sul, importante setor econômico e comercial da cidade e o Setor de Diversões Sul. Possui uma localização privilegiada e tal aspecto permite considerá-lo como um dos lugares mais importantes de Brasília. O Conic vai além de ser um ponto de referência de Brasília, é um patrimônio consagrado da cidade.

História e cotidiano

Parte do projeto original de Brasília, o Conic foi inaugurado em 1967. Foi batizado informalmente por Conic, a partir do nome da construtora pernambucana que o edificou. O nome constava numa enorme placa durante a obra, e acabou sendo incorporado ao lugar como uma referência dos primeiros habitantes da cidade recém-inaugurada. Na época, Brasília contava com 90.000 habitantes, distribuídos entre o Plano Piloto, as “cidades satélites” (como Taguatinga e Cidade Livre), e os vários acampamentos operários que se distribuíam pela cidade.

Primeiro prédio do Setor de Diversões Sul, foi construído para atender a proposta original de Lúcio Costa que concebeu a idéia de um “Setor de Diversões Urbanas” que deveria abrigar livrarias, cafés, boates e outras atividades de lazer que pudessem suprir as necessidades da população da futura capital.

Construído numa área privilegiada - o centro da cidade - nos primeiros anos de Brasília, sua função original não foi plenamente atingida. A cidade recém-inaugurada apresentava o “ranço” de que a vida burocrática era o único aspecto que movia/justificava a presença da população, principalmente no Plano Piloto, onde morava a maioria dos funcionários públicos.

“A expectativa de que as pessoas nos fins de tarde viessem para o Setor para uma bebida ou uma conversa descontraída com amigos ou companheiros de trabalho estaria ligada ao clima ameno da cidade, sobretudo no seu longo período de estiagem anual (fins de março a fins de outubro são raras as chuvas no Planalto Central). A tentativa de se reproduzir um padrão de uso do espaço próximo de um “Quartien Latin” onde diferentes grupos de funcionários, estudantes, comerciantes, profissionais liberais se encontram denota a intenção de reproduzir algo sofisticado que, fora a democracia dos espaços das praias urbanas do Rio de Janeiro, não corresponde à cultura de lazer da classe média urbana do país.” (NUNES e KUYUMJIAN)

A distância física entre o Conic e o principal centro burocrático da cidade, a Esplanada dos Ministérios, e os setores residenciais, as Asas Sul e Norte, também justificam o fato do Conic não ter assumido inicialmente sua função original. “O Conic era de fato longe e de difícil acesso para os moradores na época, não exercendo um papel de centro de diversões cotidianas e rotineiras tal qual havia previsto seu idealizador (...)” (NUNES e KUYUMJIAN).

Além da distância física, um “caráter elitizado” atribuído ao local gerou inicialmente um distanciamento com sua proposta original. Logo após sua construção, o Conic atraiu as primeiras Embaixadas que se deslocavam para a cidade e aguardavam a construção de suas sedes. Essa presença também atraiu para o lugar restaurantes e lojas mais sofisticadas formando a imagem primeira do Conic muito distanciada do projeto original.

“Embora se tenha tido a intenção de diversificar os grupos sociais que viriam habitar a cidade planejada, os equipamentos de lazer propostos se dirigiam, em tese, para padrões sofisticados de consumo, numa clara ambivalência daquilo que a proposta continha. De fato, o Setor de Diversões é imaginado como algo sofisticado, para atender padrões também sofisticados de consumo.” (NUNES e KUYUMJIAN)

A sofisticação inicial atribuída ao local, não diz respeito somente ao fato do local ter abrigado as primeiras embaixadas. O padrão de uso, concebido ao local por Lúcio Costa, também era muito distante do padrão de lazer do cidadão médio brasileiro, tal como foi salientado anteriormente. De todo modo, as múltiplas facetas do Conic começaram a se revelar, logo após a transferência das embaixadas para suas sedes definitivas. Com a saída delas e de toda a atividade de rotina no local, o Conic sofreu um “processo de esvaziamento” para dar lugar a novas instalações.

Múltiplas facetas

Logo após a transferência das embaixadas, o Conic assumiu novo caráter. Começou a receber bares menos sofisticados, clubes noturnos, livrarias, restaurantes, lojas, associações

profissionais, etc, atendendo a um público bastante diversificado da cidade, especialmente moradores das “cidades satélites” de Brasília, e grupos das classes médias do Plano Piloto. A presença de muitas galerias comerciais (com atividades comerciais bastante diversas) também deu ao lugar um ar bastante peculiar. Em nenhum outro lugar da cidade é possível encontrar as galerias do Conic, que lembram muito a estrutura comercial existentes em outras cidades brasileiras.

O fato do Conic está localizado entre o Setor Comercial Sul, área de intensa atividade comercial da cidade, e a Rodoviária, contribuiu fundamentalmente para a consolidação do local, pois milhares de transeuntes freqüentam o lugar, para situações específicas no próprio local, ou porque têm que atravessar o local a caminho da Rodoviária.

Nas décadas de 70 e 80, a presença de muitos bares, clubes noturnos (muitas vezes associados com prática da prostituição) estigmatizou o Conic como “lugar maldito” (visão construída pela elite da cidade); ainda assim o local não deixou de ser frequentado.

As múltiplas facetas do Conic foram representadas também na presença várias livrarias que passaram a ser referências na cidade, levando ao local um grupo muito específico que contribuiu com o processo de consolidação do lugar. A “Livraria Presença” e a “Soliler” estão presentes na memória dos habitantes da cidade que freqüentavam o lugar com assiduidade.

Na década de 80, a inauguração da Faculdade de Artes Dulcina de Moraes, no Conic, criou no local um viés “mais alternativo” devido a presença de alunos com um perfil mais focado nas artes plásticas e artes cênicas. Até hoje, a Faculdade é uma referência na cidade, ainda que tenha sofrido muitos momentos de crise. De todo modo, sua presença registra um momento especial da história e memória do Conic.

Também na década de 80 o lugar ganhou uma característica peculiar por abrigar no espaço da cidade o maior número de sedes de associações e sindicatos profissionais. A presença das associações e sindicatos levou o Conic a ser um ponto de encontro dos trabalhadores. Muitos partidos políticos, consolidando o perfil do lugar, também instalaram suas sedes no local. A intensidade das atividades políticas, principalmente no fim do regime militar, chegou a criar denominações específicas a determinados locais dentro do Conic como a “Praça Vermelha” devido a presença intensa dos sindicatos e partidos.

Ainda no mesmo período, os cinemas marcaram presença decisiva no Conic: o Cine Atlântida, um dos maiores cinemas da cidade, tinha sede no Conic. Outros cinemas também existiam no local, mas na memória dos brasilienses o Cine Atlântida tem lugar especial.

Na década de 90, o local passou por uma transformação radical, o “lugar maldito” recebe uma série de igrejas evangélicas que ocuparam lugares de referência para muitos brasilienses, como o Cine Atlântida, por exemplo. Muitas galerias, antes dedicadas exclusivamente ao

comércio também são ocupadas pelas igrejas, mesclando no mesmo espaço, o profano e o sagrado.

Hoje no Conic é possível encontrar de tudo um pouco. Tem lojas de sebos de discos, *sex shops*, clubes noturnos, sindicatos, bares, lojas, cafés, Faculdade, escritórios comerciais, sedes de partidos, restaurantes, lojas de instrumentos musicais, muitas óticas, etc. É um local de muitos encontros. A setorização das atividades, tão típicas em Brasília, é desvirtuada pelo Conic que se revela um grande mosaico com múltiplas facetas.

O Conic torna presente em Brasília um aspecto muito comum em outras cidades do Brasil: centros urbanos diversificados onde tudo se mistura. O Conic é o local do Plano Piloto onde as classes se encontram e se mesclam; parece ser uma cidade à parte, uma cidade dentro de Brasília. Desse modo, o Conic pode ser visto como transgressor (sem aspas), pois é um espaço onde estigmas são quebrados, principalmente a idéia de que Brasília é uma cidade sem povo, sem lazer, fria e solitária.

Ao longo do tempo, o Conic foi assumindo funções que contribuem com a consolidação do projeto da própria cidade. É um marco na história de Brasília. O local foi assumindo múltiplas facetas que consolidou de fato o projeto original do idealizador.

Reconhecido por muitas pessoas como “lugar maldito” ou como o espaço *urderground* da cidade, é inegável que o Conic com sua multiplicidade de experiências conseguiu constituir sua própria identidade. O projeto original previa uma ocupação do lugar para lhe dar vida e sentido; tal aspecto foi legitimado pelos moradores da cidade. A população de Brasília tomou posse do lugar, revelando no seu uso o que é a própria cidade.

No Conic, Brasília está representada, tal como ela é. Desse modo, o local vai além de ser um centro comercial e de lazer e se constitui como um patrimônio singular no espaço da cidade. É um patrimônio da cidade e se revela não apenas como um lugar, mas como lugares, que são apropriados por seus moradores e que atribuem significados ao local como parte da sua identidade.

A sua própria dinâmica legou ao Conic sua identidade. A idéia do Conic como um mosaico de múltiplas facetas foi ainda mais reforçada com a criação, na década de 70, do Conjunto Nacional de Brasília – CNB, situado no Setor de Diversões Norte. Muito mais próximo da idéia de *Shopping Center*, o CNB serviu de parâmetro para definir a própria identidade do Conic, que podemos afirmar como uma identidade múltipla e heterogênea. A consolidação e adaptação aos vários momentos da história da cidade serviram para revelar suas múltiplas facetas e identidade.

Aspectos metodológicos

A pesquisa sobre o Conic está sendo realizada como parte das atividades do Grupo de pesquisa sobre Brasília. O grupo tem como um dos eixos de estudo o patrimônio cultural existente na cidade. O estudo sobre o Conic tem como pressuposto teórico metodológico o trabalho com a história oral. Estão previstas a realização de entrevistas com comerciantes, donos de restaurantes, presidentes de associações e sindicatos, comerciários, donos de escritórios, estudantes da Faculdade Dulcina e frequentadores do local. A idéia de fazer um trabalho de história oral está relacionado ao fato de entendermos que a memória individual, é construída a partir das referências e lembranças do grupo. A memória individual, segundo Halbwachs é sempre um ponto de vista sobre a memória coletiva. “Olhar este que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios” (2004, p. 55).

O trabalho com a memória, por meio das entrevistas, pretende reconhecer os significados atribuídos ao Conic através do tempo. Interessa-nos compreender como o local foi se constituindo como patrimônio da cidade e as identidades em relação com o lugar. Nossa intenção é (re)construir memórias do Conic, contribuindo desse modo com a história sócio-cultural de Brasília.

Além da realização das entrevistas, está previsto pesquisa de fontes documentais escritas existentes nas diversas associações de condomínios que dividem o Conic (comerciais e de escritórios), cujo material deverá servir como suporte para a (re)construção mais detalhada dos vários momentos da história do Conic e sua interface com a história da cidade. Também está previsto o aprofundamento da pesquisa documental escrita e oral no Arquivo Público do Distrito Federal, bem como a pesquisa de imagens (material iconográfico) sobre o Conic.

A metodologia de pesquisa, brevemente abordada, pretende aprofundar aspectos trazidos pela pesquisa inicial que nos permite identificar o Conic como patrimônio de Brasília.

Conic: patrimônio “transgressor”?

Em 1987, Brasília foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade. Em torno disso, muitos conflitos foram criados em torno dos locais e lugares que “não estivessem de acordo” com o reconhecimento e o título recebido pela cidade. O Conic, ao longo do tempo, acabou assumindo a função de “transgressor” desse patrimônio; fato justificado pela sua trajetória no contexto da cidade.

Até o momento, os aspectos pesquisados sobre o Conic nos permitem tecer outras observações em relação a essa visão: a primeira, diz respeito a própria concepção de patrimônio cultural da humanidade e Brasília. Nesta visão ainda está bastante impregnada

uma concepção de patrimônio muito próxima da materialidade arquitetônica (e no caso de Brasília, o seu projeto urbanístico), que desconsidera os elementos cotidianos como suporte para a compreensão do patrimônio. Nos dados obtidos na pesquisa sobre o Conic, foi possível identificar que os aspectos do cotidiano, da história e da memória são muito relevantes para a compreensão da visão mais aprofundada sobre o que é patrimônio. Também foi possível constatar que muitas vezes denominações genéricas como “patrimônio da humanidade” cria possibilidades de conflitos e desqualificam experiências significativas, no nível local, para história e memória das localidades.

O que desejamos salientar é que existe uma dimensão local (Conic-Brasília) muito complexa, representada no cotidiano, na memória, que não podem ser diluídas/excluídas. Bem como, o desconhecimento da história, das memórias e seus significados não podem ser aproveitados para criar a idéia de lugares, como o Conic ou outros, como “transgressões” (que também se traduzem como “lugares malditos”). Considerar o Conic a partir dessa visão significa concordar com a visão de que os patrimônios são fixos e homogêneos.

Definir o que é patrimônio apresenta uma complexidade muito grande que é revelada nas identidades que as pessoas estabelecem com os bens culturais, que muitas vezes vai além da dimensão material do patrimônio. Esse é um dos principais aspectos que o estudo sobre o Conic nos permite destacar. A complexidade da história do Conic revela que o projeto de Lúcio Costa consolidou-se, diferente de visões que reconhecem o contrário. Podemos afirmar inclusive que o projeto idealizado não só se consolidou como foi além: a história do Conic traz em si toda a cidade, ele é uma representação da cidade em apenas em um local. Nenhum lugar em Brasília apresenta tal singularidade. A história do Conic revela que suas configurações e (re)configurações constantes são a marca dessa consolidação. O que muitos poderiam entender esse aspecto como uma fragilidade do próprio lugar, a história revela que o espaço consegue sobreviver, pois reflete as várias fases e características que a cidade foi assumindo. É assim que ele demarca sua posição na cidade consagrada como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Ousamos afirmar que a própria idéia de “transgressor”, muita vezes utilizada para desqualificar, desmerecer, serve para definir, constituir a identidade do próprio Conic. A transgressão neste sentido deixa de ter um caráter negativo e assume seu significado real, ou seja, a idéia de ir além dos termos ou limite. O Conic, por meio sua performance ao longo do tempo e por ser um local de todos os brasilienses vai além do “patrimônio oficial consagrado”. Ele se consagra como patrimônio da cidade por ter sido consolidado por seus próprios moradores e ter se afirmado como espaço desses próprios moradores. Trata-se de patrimônio

consagrado pelas pessoas que circulam, que trabalham, que estudam, que vão as igrejas, aos bares, as lojas, aos cafés, aos clubes noturnos, etc.

As reflexões trazidas a partir do trabalho sobre o Conic permitem identificar fragilidades/insuficiências conceituais sobre patrimônio, designações muitas vezes excludentes e preconceituosas e visões elitizadas que retiram dos bens culturais a idéia de que eles são uma representação identitária de muitos grupos. Portanto, concluímos salientando a necessidade de inserção dos elementos de memória/experiências e seus significados, para o reconhecimento daquilo que pode ser legitimamente considerado patrimônio.

Referências

FONSECA, Maria Cecília L. *O patrimônio em processo*. Trajetória da política de preservação no Brasil. RJ: UFRJ, IPHAN, 1997.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. SP: Centauro, 2006.

MAIA, Felícia A. *Direito à memória: o patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico*. Disponível em <http://nead.unama.br/site/bibdigital>.

NUNES, Brasilmar F.; KUYUMJIAN, Naraina de Melo M.. *A “sociologia” de um edifício urbano: o Conic no Plano Piloto de Brasília*. Disponível em <http://vsites.unb.br/ics/sol/urbanidades>.

NUNES, José Walter. *Patrimônios subterrâneos em Brasília*. SP: AnnaBlume, 2005.

REVISTA DE HISTÓRIA ORAL. Vol. 9, no. 01, janeiro-junho, RJ: ABHO, 2006.

SINOTI, Marta L. *Quem me quer, não me quer: Brasília, metrópole-patrimônio*, SP: AnnaBlume, 2005.

Autoras

Regina Coelly Fernandes Saraiva

Professora Adjunta da Universidade de Brasília – Faculdade UnB de Planaltina. Graduação em História pelo Centro Unificado de Brasília – CEUB. Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília – UnB. Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela UnB. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Brasília: sujeitos, cultura e meio ambiente na história de Brasília.

Rosecleide Neves Branco

Graduação em História pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Brasília: sujeitos, cultura e meio ambiente na história de Brasília. Técnica do Memorial UniCEUB/UniCEUB-DF.